

FINANÇAS

Desindexação da economia será gradual

Governo ainda vai discutir com a sociedade o futuro de índices como TR, Ufir e IPC-r

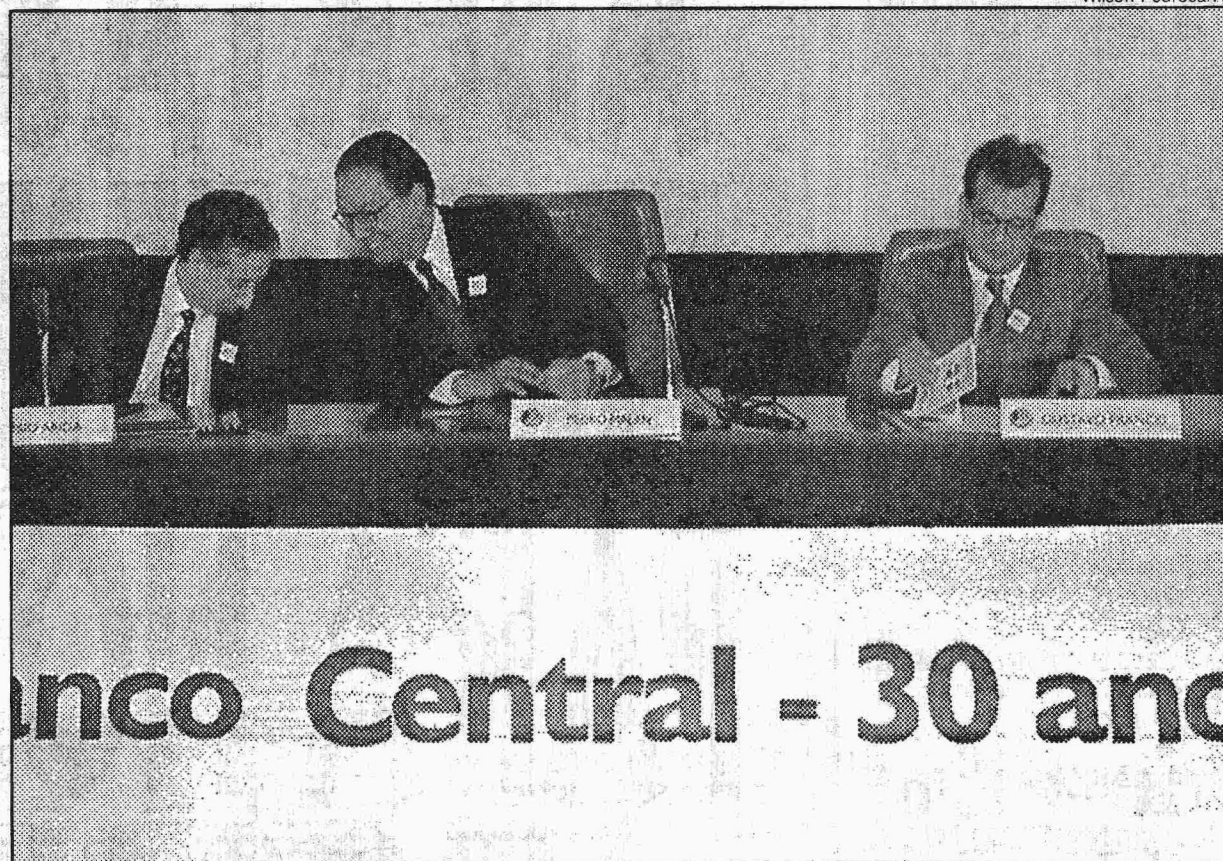
BRASÍLIA — O governo não vai promover, de forma abrupta, a desindexação da economia, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao comentar o fim da utilização do IPC-r como indexador dos salários. "O que irá acontecer com os diversos índices, como TR, Ufir e IPC-r será negociado e discutido com a esmagadora maioria da sociedade", afirmou.

Malan explicou que o processo de desindexação da economia vai ser gradual, mesmo porque se fosse feito de uma única vez, a sociedade encontraria mecanismos informais de indexação. "Não há mágica, não há pirueta, e também não há nenhum Real II para resolver nenhum problema", assegurou Malan.

Ele não revelou as propostas em estudo para a desindexação gradual da economia. Técnicos da equipe econômica, no entanto, defendem o alongamento do período de aumento dos salários, com reajustes a cada doze meses. Existem, também, discussões no sentido de que o governo deveria promover a livre negociação, definindo regras de reajustes somente para o salário mínimo. Com isso, manteria sob controle o impacto do reajuste das aposentadorias e pensões nas contas da Previdência Social e dos estados e municípios.

O governo já conseguiu, parcialmente, promover um alongamento nas taxas de juros, com a criação da TJLP. No caso da Ufir, que corrige os impostos e contribuições previdenciárias, o índice só varia a cada três meses. A utilização da TJLP, no momento, ainda está restrita aos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os financiamentos de longo prazo, como, por exemplo, o crédito habitacional, continuam indexados a TR mensal, que também atualiza os depósitos em caderneta de poupança.

Wilson Pedrosa/AE



Malan e Arida traçaram perfil do BC em seminário alusivo aos 30 anos de fundação da instituição

262